

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

**Filosofia Política,
Educação, Direito e
Sociedade 7**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 7

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 7 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-100-8

DOI 10.22533/at.ed.008190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR E A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS	
Bárbara Alves de Jesus	
Fernanda Duarte Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.0081904021	
CAPÍTULO 2	8
O ESPAÇO RESERVADO AO LÚDICO NA ROTINA DE TRABALHOS EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
Fabiana Aparecida Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.0081904022	
CAPÍTULO 3	16
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO FÍSICA EM MOVIMENTO: PRÁTICAS INCLUSIVAS NA UFG/RC	
Thais Ferreira dos Santos	
Aline Rosa da Costa	
Thimoteo Pereira Cruz	
Nubia de Fatima Felix Ferreira	
Tacila da Costa Marinho	
Isabella Oliveira Pacheco	
Nayane Alves Pereira	
Laryssa Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.0081904023	
CAPÍTULO 4	25
FORMAÇÃO CONTINUADA EM ONTOPSICOLOGIA: SIGNIFICADOS E SENTIDOS	
Carmen Ivanete D`Agostini Spanhol	
DOI 10.22533/at.ed.0081904025	
CAPÍTULO 5	37
JUVENTUDE, CULTURA MUDIÁTICA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI	
Luiz Fernando Ribeiro de Paiva	
José Carlos Souza Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.0081904025	
CAPÍTULO 6	44
A PERSISTÊNCIA DOS CAMPONESES NA PROPRIEDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE RIBEIRÃO EM CATALÃO (GO)	
Matheus Santos Medeiros	
Hugo Henrique Sousa de Lisboa	
João Manoel Borges de Oliveira	
Mariana Melo Mesquita de Siqueira	
Rener Rodrigo Pires	
Talita Neri Caetano de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0081904026	

CAPÍTULO 7	52
O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORREA	
Emilene Fontes de Oliveira Thalita Pavani Vargas de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.0081904027	
CAPÍTULO 8	63
REDESCOBRINDO O HUMANO: ANTAGONISMOS COLETIVOS E A BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO	
Gisele da Silva Rezende da Rosa Josiane Custódio de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0081904028	
CAPÍTULO 9	68
TRADUÇÃO E EQUIVALÊNCIA: UMA ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE O DISCURSO ORIGINAL DE DONALD TRUMP E SUA RESPECTIVA TRADUÇÃO	
Maria Laura Golfiere Moura Leila Maria Gumushian Felipini	
DOI 10.22533/at.ed.0081904029	
CAPÍTULO 10	84
REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM A PARTIR DE FILMES E DOCUMENTÁRIOS	
Paula Santana Carvalho Adriana Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.00819040210	
CAPÍTULO 11	97
REFLEXÕES SOBRE LITERATURA E CINEMA E BREVE DISCUSSÃO SOBRE A PERSONAGEM FEMININA	
Carla Rosane da Silva Tavares Alves Andréia Mainardi Contri	
DOI 10.22533/at.ed.00819040211	
CAPÍTULO 12	109
SABERES E PRÁTICAS EM PROCESSOS FORMATIVOS DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO POPULAR	
Lucinete Gadelha da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.00819040212	
CAPÍTULO 13	119
REALIZANDO PESQUISAS COM BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS: CENAS DO PROTAGONISMO INFANTIL	
Viviane dos Reis Silva Tacyana Karla Gomes Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.00819040213	

CAPÍTULO 14	128
PRIMEIRAS LIÇÕES DE CULTURA E CIDADANIA NO <i>SEGUNDO LIVRO DE LEITURA PARA A INFÂNCIA</i> : NA ESCOLA E NO LAR, DE THOMAZ GALHARDO	
Valdeci Rezende Borges Elmar Severino Ribeiro Junior	
DOI 10.22533/at.ed.00819040214	
CAPÍTULO 15	144
PESQUISAS COM CRIANÇAS EM CONTEXTOS RURAIS: VISIBILIDADES, APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E REFLEXÕES	
Patrícia Júlia Souza Coêlho	
DOI 10.22533/at.ed.00819040215	
CAPÍTULO 16	154
OS MANUAIS DE CIVILIDADE NO JORNAL, <i>O PUBLICADOR</i> (1862-1886)	
Carolina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.00819040216	
CAPÍTULO 17	164
UM ESTUDO SOBRE A DEMANDA DO CURSO TÉCNICO EM PESCA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, CAMPUS ACARAÚ, NA VISÃO DOS PAIS DOS ALUNOS DA 3ª ETAPA DO ENSINO MÉDIO	
Juliane Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.00819040217	
CAPÍTULO 18	177
OS VALORES SOCIAIS E O ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO	
Herika Paiva Pontes Luana de Sousa Oliveira Rafaela Lima Nascimento Maria Helena de Agrela Gonçalves Jardim Geraldo Bezerra da Silva Júnior Mirna Albuquerque Frota	
DOI 10.22533/at.ed.00819040218	
CAPÍTULO 19	184
POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CAMPESINATO: DA COLÔNIA AGRÍCOLA AO IF GOIANO <i>CAMPUS CERES</i>	
Marco Antônio de Carvalho Claudecir Gonçalves Léia Adriana da Silva Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.00819040219	
CAPÍTULO 20	198
POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE – A NORMA GERAL DE AÇÃO (NGA) DO COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE (CMCG) – MS	
Ferdinanda Dias de Oliveira Kloppel	
DOI 10.22533/at.ed.00819040220	

CAPÍTULO 21 210

EMPRESA: OPORTUNIDADE PARA O JOVEM FAZER, SABER E SER -A PEDAGOGIA DA AÇÃO: DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL E PRÁTICO

[Bernardina Teresinha Amantino](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040221

CAPÍTULO 22 214

PERFIL DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DOCENTE

[Carla Geovana Fonseca da Silva de Castro](#)

[Luciane Helena Mendes de Miranda](#)

[Vera Maria Nigro de Souza Placco](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040222

CAPÍTULO 23 226

PERFIL DE PRODUTORES AGRÍCOLAS E EDUCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CONSIDERAÇÕES PARA PARTICIPANTES DE FEIRA AGROECOLÓGICA, ASSISTIDOS PELA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE BASE – CRATO – CE

[Valéria Feitosa Pinheiro](#)

[Guilherme Silva Nascimento](#)

[Christiane Luci Bezerra Alves](#)

[José Alex do Nascimento Bento](#)

[Adriana Correia Lima Franca](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040223

CAPÍTULO 24 238

A CATEGORIA TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

[Ingridy Lammonikelly da Silva Lima](#)

[Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida](#)

[José Rangel de Paiva Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040224

CAPÍTULO 25 249

A COMISSÃO DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL DA PARAÍBA: OS LIMITES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

[Silvera Vieira de Araújo Holanda](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040225

CAPÍTULO 26 261

TERRITÓRIOS MULTIDIMENSIONAIS: INTELIGENCIA CULTURAL E EDUCAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES FAXINALENSES DO PARANÁ

[Tiago Augusto Barbosa](#)

[Franciele Moreto](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040226

CAPÍTULO 27 270

RESULTADO DO PISA NO PIAUÍ: O QUE MUDA NA GESTÃO EDUCACIONAL?

[Nemone de Sousa Pessoa](#)

[Jovina da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040227

CAPÍTULO 28 284

A CIDADE NOS FAZ PENSAR

Daniela da Rosa Molinari

Marcele Scapin Rogério

DOI 10.22533/at.ed.00819040228

CAPÍTULO 29 295

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL E ESTUDOS DE GÊNERO

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Karla Cristina Vicentini de Araujo

Viviane Oliveira Augusto

Gabriella Rossetti Ferreira

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.00819040229

SOBRE A ORGANIZADORA..... 304

RESULTADO DO PISA NO PIAUÍ: O QUE MUDA NA GESTÃO EDUCACIONAL?

Nemone de Sousa Pessoa

UNIFSA

Graduada em Matemática (USP) e Mestre em Educação (UFRN); docente do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: nemoneli@msn.com

Jovina da Silva

UNIFSA

Graduada em Filosofia (UFPI), Pedagogia (FAEL) e Direito (FSA). Especialista em Avaliação Institucional (UNB) Administração Educacional (UECE) e Docência do Ensino Superior (UNIFSA). Mestre em Educação (UFPI) e Professora de Graduação e pós-graduação Do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: profjov@hotmail.com

RESUMO: Este estudo é fruto de uma pesquisa que buscou caracterizar de que forma o sistema de avaliação em larga escala desenvolvido internacionalmente, o PISA, interfere na gestão educacional do Piauí. As avaliações padronizadas constituem-se, na atualidade, potente instrumento para a mobilização de políticas e/ou projetos que vislumbrem melhoria de indicadores educacionais. Objetiva-se nessa pesquisa verificar em que medida os resultados de proficiência dos estudantes avaliados no estado do Piauí na prova do PISA, proporcionam mecanismos de concretização de propostas educacionais que

de fato, intervenham pedagogicamente nesses indicadores. Para tanto, buscou-se referências em diversas fontes, tais como: (PENIN, 2009); (CONAE, 2008), (INEP, 2015); (SAEPI, 2013), dentre outras, que mostram experiências desse tipo de avaliação e na análise do uso dos resultados dos testes produzidos pelo sistema educacional em âmbito nacional e local. Outrossim, provoca-se uma discussão sobre alguns fatores que eventualmente se estabelecem como aspectos condicionantes para a obtenção de tais indicadores advindos desses tipos de exames, indicando-se alguns modelos que podem ser adotados pela gestão educacional local de forma a dinamizar os processos de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, impulsionar o sistema educacional para a melhoria da qualidade social da educação piauiense.

PALAVRAS-CHAVE: PISA. Gestão Educacional do Piauí. Indicadores educacionais.

ABSTRACT: This study is the result of research that sought to characterize how the evaluation system largely developed internationally, PISA, interferes with the educational management of Piauí. The standardized tests constitute, today, powerful tool for mobilizing political and / or projects that envisage improvement of educational indicators. We aimed in this study verify the extent to which proficiency results

of the evaluated students in the state of Piauí in the proof of PISA provide delivery mechanisms of educational proposals that actually intervene pedagogically these indicators. To this end, we seek references from various sources such as: (SOARES NETO, 2013); (CONAE, 2008), (INEP, 2015); (SAEPI, 2013), among others, showing experiences such assessment and analysis of the use of test results produced by this education system at national and local levels. Furthermore, we provoke a discussion of certain factors that eventually settle as conditioning aspects for obtaining such indicators obtained in these types of surveys and indicate some models to be adopted by the local educational management in order to streamline the processes of teaching and learning and, consequently boost the education system to improve the social quality of Piauí education.

KEYWORDS: PISA. Educational Management of Piaui. Educational indicators.

1 | INTRODUÇÃO

A avaliação em larga escala destinada a medir a proficiência e o desempenho dos estudantes brasileiros, estabeleceu-se na última década, como condição *sinequa non* para a análise e implementação de políticas públicas em todos os âmbitos das gestões educacionais. Nesse modelo, a proficiência é a medida de desempenho dos alunos nas habilidades avaliadas pelos exames. Em outras palavras, com os exames pretende-se discutir qualitativamente o aprendizado e, conseqüentemente o ensino, fazendo questionamentos do tipo: O que os estudantes efetivamente aprendem na escola está dentro da média de aprendizagem observada entre os demais estudantes da mesma faixa etária ou escolaridade no país e/ou no mundo?

Nessa pesquisa, buscou-se caracterizar de que forma o sistema de avaliação em larga escala desenvolvido internacionalmente, o PISA, interfere na gestão educacional do Piauí. Para tanto, apresenta-se nos itens a seguir, os achados do estudo.

2 | AVALIAÇÃO EM LARGA ESCOLA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO EDUCACIONAL

Nesse tópico, objetiva-se esboçar as eventuais implicações que os resultados do PISA oferecem à prática de sala de aula e no estabelecimento das relações professor x aluno e ensino x aprendizagem na rede de ensino do Piauí. Passados todos esses anos, desde a primeira edição em 2000, com a primeira aparição do Brasil em avaliações, a cultura de avaliação em larga escala como um processo de aprimoramento do sistema educacional está integrada ao contexto escolar. Sobre a sua importância, Penin (2009, p. 23) reforça que

[...] em âmbito externo, oferece informações para que tanto os pais quanto a sociedade, especialmente os sistemas de ensino, possam efetivar um relacionamento produtivo com a instituição escolar. Apurar os usos da avaliação, comparar resultados e comportamento de entrada dos alunos em cada situação

e contexto social e institucional é da maior importância para não homogeneizar processos que são de fato diferentes.

No entanto, muitos gestores, professores, pais e alunos, não compreendem a proposta adjacente aos mecanismos avaliativos observados na atualidade. Segundo Vasconcelos (*apud* CONAE, 2008, p. 1)

A divulgação de resultados de avaliações (SAEB, IDEB, PISA, ENEM, ENADE) tem trazido dados preocupantes sobre a qualidade do ensino no país. Comumente, quando são divulgados estes índices, há algumas reações, mais ou menos inflamadas, mas são apenas espasmos: logo depois, tudo parece voltar ao “normal”. Aos poucos, no entanto, parcelas cada vez maiores da sociedade vão tomando consciência de que não deve ser assim: a preocupação com a qualidade da educação deve ser uma constante.

Essa tomada de consciência vem, gradativamente, ganhando fôlego entre a maioria das pessoas. As manifestações da população brasileira exigindo educação no “padrão FIFA”, no evento da Copa do Mundo de Futebol realizada no Brasil, em 2014, evidenciam maior consciência de boa parte da sociedade na reivindicação para a destinação de maiores investimentos em educação, o que, certamente, acarretará em um padrão de qualidade educacional notável para o país, a exemplo do seguido pela entidade internacional de futebol no que diz respeito às exigências para a realização do evento esportivo mencionado.

Nessa perspectiva, sistemas avaliativos ganham destaque por apresentar um diagnóstico da Educação Nacional, ao mesmo tempo, em que se constituem uma prestação de contas do serviço ofertado em âmbito educacional. No Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, instituído em 1995, e consolidado como política de avaliação educacional nos anos posteriores, é difundido no meio escolar e já se incorpora a prática educativa do professor. Nesse âmbito, muitas instituições de ensino básico equivocadamente utilizam a metodologia do SAEB para conduzir a proposta de avaliação da escola, selecionando conteúdos e direcionando o trabalho pedagógico em sala de aula de uma maneira “preparatória” ou “intensiva” das questões que são exigidas nos testes desse Sistema, deixando de explorar outras habilidades relevantes à formação do estudante.

Os eventuais equívocos ainda observados na condução da política de avaliação, contudo, não retiram a sua popularidade junto ao contexto escolar. A mesma notoriedade, no entanto, não se compara, nem de longe, à de outro Sistema Avaliativo instituído internacionalmente desde 2000: o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA que, por ter sua relevância apresentada há menos tempo, ainda não se firmou no contexto escolar das escolas brasileiras, mas que revela, com base nos relatórios emitidos pela entidade responsável pela aplicação do referido exame internacional, indicadores referente à escolaridade básica preocupantes por se encontrarem abaixo da média dos demais países participantes.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o objetivo desta pesquisa, fez-se necessário uma abordagem qualitativa, tendo em vista que as informações apresentadas não são apenas quantificadas. Esta necessidade se deu pelo fato da pesquisa qualitativa oportunizar ao pesquisador “uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo” (MINAYO, 2012, p. 21). Na realização desta investigação, a trajetória metodológica dar-se por uma pesquisa bibliográfica, conforme Barros; Lehfeld (2003, p. 34) “permite obter conhecimentos que toma como base material já publicado, inclui impresso, como livros, revistas, sites [...]”.

Nessa perspectiva, a escolha justifica-se por este tipo de indagações, com suporte teórico e suposições relacionadas ao problema investigado, oferecendo um “amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo” (TRIVIÑOS, 2005, p. 146). A análise e interpretação das informações procederam-se mediante a técnica de Análise de Conteúdo, ancorada na perspectiva teórica de Bardin (2011, p. 15), ao apontar que:

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem. [...] analisar mensagens por esta dupla leitura onde uma segunda leitura se substitui à leitura “normal” do leigo, é ser agente, detetive, espião...

As etapas da pesquisa ocorreram de forma articulada, como preconcepção, sujeita alteração ao longo da aquisição das fontes de pesquisa e estudo dos referenciais, a partir de leituras, fichamentos, resenhas das obras que dizem respeito ao tema, rumo a produção textual, considerando os fundamentos teóricos e imprimindo suporte na construção do texto final.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O PISA, sigla do *Programme for International Student Assessment*, cuja versão em português intitula-se Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, é um programa internacional de avaliação comparada desenvolvido e coordenado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, havendo, em cada país participante, uma coordenação nacional; no Brasil a responsabilidade pelo programa fica a cargo do INEP.

O objetivo principal do PISA ao avaliar a proficiência dos estudantes de 15 anos em Leitura, Matemática e Ciências de escolas públicas e privadas, matriculados a partir do 8º ano do Ensino Fundamental, é fornecer indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação ofertada nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria da educação básica. Em âmbito micro, os resultados produzidos pelo programa podem indicar em que medida as escolas de cada país

participante estão preparando seus jovens para exercerem o papel de cidadãos conscientes e autônomos na sociedade atual, já que a idade escolar avaliada se configura, segundo especialistas, como a fase em que os jovens precisam responder para algumas demandas sociais, tais como: Estão preparados para os desafios do futuro? Conseguem refletir, argumentar e se comunicar efetivamente? São capazes de continuar aprendendo por toda a vida?

As respostas às demandas expostas acima são observadas nos resultados dos testes propostos pelo programa, uma vez que as questões cobradas no exame abrangem situações que não estão diretamente relacionadas ao currículo escolar. Segundo a OCDE, os testes foram projetados para avaliar até que ponto os alunos no final do ensino obrigatório, podem aplicar os seus conhecimentos a situações da vida real, condição essencial para sua plena participação na sociedade. As informações coletadas por meio de questionários sócio-econômicos no processo de aplicação dos testes também fornecem informações que podem ajudar os analistas a interpretar os resultados e avaliar o impacto das decisões da política educacional estabelecida em cada país integrante.

Em suma, os instrumentos do PISA fornecem três principais tipos de resultados (OCDE, 2016):

- Indicadores que fornecem um perfil básico de conhecimento e habilidades dos estudantes.
- Indicadores derivados de questionários que mostram como tais habilidades são relacionadas a variáveis demográficas, sociais, econômicas e educacionais.
- Indicadores de tendências que acompanham o desempenho dos estudantes e monitoram os sistemas educacionais ao longo do tempo.

A referida avaliação acontece a cada três anos e em cada edição o foco é centrado em uma área do conhecimento. Na edição de 2000, o foco era leitura; em 2003, matemática; em 2006, ciências. A partir de 2009, a dinâmica utilizada volta a se repetir, com ênfase na leitura; 2012 em matemática; e em 2015, ciências. A ênfase em uma área a cada edição significa haver mais itens na prova sobre a área focalizada e menos itens das demais; o que possibilita comparar os resultados obtidos por área a cada nove anos.

Em 2015, no Brasil, pela primeira vez os testes e os questionários contextuais do PISA foram aplicados integralmente por computador. Os estudantes tiveram duas horas para responder a questões de ciências, leitura, matemática e resolução colaborativa de problemas. De acordo com o consórcio internacional, a plataforma computadorizada forneceu informações de alta qualidade, impossíveis de coletar na aplicação de provas em papel, tais como detalhamento do tempo gasto pelo estudante em cada questão ou em cada domínio avaliado, tipo e número de interações e sequências de ações realizadas (OCDE, 2016).

Além do teste computadorizado, os alunos também responderam a um

questionário contextual, seguido de outro sobre familiaridade com tecnologias da informação, que possibilitaram, respectivamente, investigar fatores que possam influenciar o desempenho dos estudantes e levantar dados sobre o uso de tecnologias digitais pelos estudantes em suas atividades na escola e fora dela.

Outras informações sobre o ambiente escolar foram obtidas no questionário da escola. Diretores (ou outra pessoa designada por eles) responderam, a um conjunto de questões online relacionadas a informações descritivas sobre a escola e práticas institucionais. Nessa última edição, pela primeira vez foram coletados dados sobre os professores no PISA. Até 10 professores de ciências e 15 de outras disciplinas foram selecionados em cada escola participante. Eles responderam a questões sobre qualificação e desenvolvimento profissional, práticas de ensino, ambiente para aprendizagem, liderança e gerenciamento escolar (OCDE, 2016).

A Tabela a seguir apresenta dados de participação dos estudantes brasileiros no Pisa, desde a primeira edição da avaliação:

Edição	Área foco da avaliação	Número de Países	Estudantes avaliados	
			Brasil	Piauí
2000	Leitura	43	4.893	n/c
2003	Matemática	42	4.452	n/c
2006	Ciências	57	9.295	311
2009	Leitura	66	20.127	663
2012	Matemática	64	18.589	709
2015	Ciências	70	23.141	713

Tabela 1 – Participação do Brasil e Piauí no Pisa

Fonte: INEP (2016)

Quanto à participação, o aumento significativo observado na amostra brasileira a partir de 2006 foi realizado de forma a permitir que os resultados fossem analisados por unidade da federação em anos anteriores, os resultados eram computados nas cinco regiões demográficas. No Piauí, a participação de estudantes avaliados se mantém percentualmente semelhante ao longo das três últimas edições da prova, representando 3% a 4% da amostra brasileira.

Por produzir um diagnóstico da educação brasileira comparada ao que é notado nos demais países, inclusive, nos que encabeçam a lista dos mais desenvolvidos socioeconômico, tecnológica e de produção científica, a PISA revela uma situação preocupante para a educação nacional.

De acordo com o INEP, existem avanços graduais no indicador brasileiro, conforme afirma o INEP, contudo, a média brasileira encontra-se abaixo da média das áreas dos países que realizaram as avaliações desde 2000. Quando analisado por área, deve considerar-se que os resultados são tecnicamente comparáveis nas edições em que o foco da avaliação é o mesmo. No caso do Brasil, observa-se aumento na proficiência de 396 para 412 em leitura, de 356 para 391 em matemática e de 390

para 401 em Ciências, o que mostra avanços nas habilidades dos alunos avaliados. Entretanto, esses números ocultam o nível de proficiência dos mesmos alunos, já que a OCDE adota uma escala padronizada para especificar os níveis de proficiência em que se encontram a maioria dos estudantes avaliados. Em Leitura, por exemplo, são sete níveis de proficiência, e os resultados obtidos indicam em que nível se encontra a maioria dos estudantes brasileiros. Para essa análise, vamos tomar por base as últimas edições do PISA por área do conhecimento, conforme tabelas a seguir:

Nível/Edição	Abaixo de 1b	1b	1 ^a	2	3	4	5	6
2009	-	16%	28,6%	27,1%	15,9%	6,1%	1,2%	0,1%

Tabela 2 - Resultado Brasil 2009 - Leitura

Fonte: INEP (2013)

A tabela 2 indica que nos níveis mais altos de proficiência em leitura concentra-se menos de 2% dos estudantes brasileiros avaliados no exame de 2009. Enquanto que nos níveis mais baixos, 1b e 1a, encontram-se aproximadamente 45% dos estudantes brasileiros.

Da mesma forma, para melhor análise das proficiências em matemática e ciências obtidas pelos países, a escala adotada é composta de seis níveis. Nesse contexto, os resultados obtidos pelos estudantes brasileiros por nível não se diferem dos evidenciados em leitura. Confirme tabela a seguir:

Nível/Edição	Abaixo de 1	1	2	3	4	5	6
2012	35%	32%	21%	8%	4%	1%	0,5%

Tabela 3 - Resultado Brasil 2012 - Matemática

Fonte: INEP (2013)

A tabela indica que os estudantes brasileiros avaliados em 2012 possuem baixos níveis de aprendizado em matemática, considerando que 70% encontram-se nos níveis mais baixos da escala. Nesse âmbito, os resultados do Pisa se assemelham aos resultados obtidos na última edição (2013) da Prova Brasil para o 9º ano, se compararmos a aprendizagem nessas duas áreas do conhecimento. Segundo o INEP, em leitura, apenas 23% dos estudantes brasileiros das escolas públicas avaliadas demonstravam o aprendizado adequado nessa área do conhecimento. Em matemática, nessa mesma etapa da escolaridade, apenas 11% dos alunos possuíam as habilidades adequadas para a série avaliada.

Em ciências, a situação não é diferente, conforme demonstra a tabela 4. Em 2015, o percentual de estudantes brasileiros nos níveis mais altos da escala (5 e 6) é menos de 1%.

Nível/Edição	Abaixo de 1	1	2	3	4	5	6
2015	4,4%	52,3%	23,78%	13,1%	4,2%	0,6%	0,0%

Tabela 4 - Resultado Brasil 2015 - Ciências

Fonte: INEP (2013)

Em contrapartida, o maior contingente de estudantes brasileiros, cerca de 56,7%, possui baixa proficiência em Ciências. No geral, os resultados obtidos nas edições indicadas apontam a pouca eficiência do sistema educacional brasileiro atual, tendo em vista que a OCDE institui o nível 2 como patamar necessário para que os jovens possam exercer plenamente sua cidadania. Qualitativamente, enquanto o Brasil possui a maioria dos estudantes em níveis menores ou iguais a 2, países com *alta performance*, como Coréia do Sul, Finlândia e Canadá concentram a maioria dos estudantes nos níveis 3, 4, 5 e 6 da escala, segundo relatórios da OCDE.

A diferença, entre o Brasil e países que obtêm os melhores resultados no PISA é visível e é verificada nas etapas posteriores da vida escolar. Segundo a OCDE, a média de engenheiros formados entre os concluintes de cursos superiores nos países membros da organização é de 14%; na Coréia do Sul, esse índice é de 25%. No Brasil, segundo dados do MEC/INEP, obtido através do Censo da Educação Superior (2016), apenas cerca de 6% dos concluintes estavam nas áreas de Engenharia.

A distância observada na condução das políticas educacionais é ainda mais esmagadora se considerarmos o desenvolvimento tecnológico e econômico observado entre os dois países. Nesse ínterim, é, portanto, válido analisar através desses percentuais a vocação e o incentivo que os dois países fornecem para a inovação tecnológica. Segundo o boletim *Radar: tecnologia, produção e comércio exterior* do (2014) do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA:

[...] a economia nacional mostra-se pouco intensiva em trabalho qualificado e de cunho técnico-científico, insumos tidos como necessários à inovação e à competição em mercados globais. De outro, o sistema educacional brasileiro parece operar em um equilíbrio de baixa qualidade, em todos os níveis de ensino, o que afeta a capacidade produtiva da força de trabalho, em geral, e a das engenharias, em particular. (RADAR, 2014, p. 19)

A formação em nível superior nas carreiras que exigem aprofundamento científico fica comprometida pela pouca eficiência dos sistemas de ensino ofertados nacionalmente e, nesse âmbito, “o Brasil segue tendo diante de si grandes desafios para melhorar o aprendizado, em todos os níveis de escolaridade, com potenciais repercussões na qualidade da força de trabalho” (RADAR, p. 34). Em âmbito estadual, o Piauí não foge à regra brasileira, desde 2006 recebendo nota padronizada no teste, o Estado obteve resultados mais baixos que a média nacional, embora com pequenos avanços.

Entretanto, a análise comparada no Brasil e unidades da federação só poderá ser verificada no componente de Ciências, tendo em vista que apenas nesta área houve

repetição dos focos da avaliação de 2006 e 2015. O Piauí nas duas edições, obteve média de resultados 375 e 380, respectivamente. Para as demais áreas avaliadas, a análise estadual deverá ser realizada apenas em relação à proficiência dos estudantes.

Conforme dados do PISA/INEP (2016), o Piauí concentra a maioria dos alunos nos níveis abaixo de 1 e 1, em Leitura (64%), Matemática (79%) e Ciências (67%). Tais números revelam que o padrão de desempenho dos estudantes piauienses demonstra carência de aprendizagem em relação ao que é previsto para a etapa de escolaridade avaliada.

Não obstante, o resultado do Piauí na avaliação corrobora a fragilidade do sistema educacional brasileiro diante das desigualdades econômicas e sociais historicamente verificadas e debatidas em âmbito nacional, se incorporando às diferentes concepções educacionais observadas nas regiões brasileiras. Tradicionalmente, os estados da região Norte e Nordeste detêm, em média, os piores indicadores educacionais e sociais; no PISA, essa realidade não é diferente.

Uma possível explicação para isso poderá ser indicada com uma análise minuciosa sobre o que se difere entre si as gestões educacionais nas regiões brasileiras, ou ainda mais detalhadamente, por estado. A análise sobre a influência de alguns fatores pode ser parcialmente realizada com as respostas dadas pelos estudantes no questionário disponibilizado na avaliação. Por exemplo, o PISA 2016 perguntou aos estudantes em qual momento da vida escolar o estudante foi reprovado. Para esta, obteve o percentual de 20,3% estudantes brasileiros reprovados pelo menos uma vez nos anos iniciais do Ensino Fundamental e praticamente o mesmo percentual de reprovação em alguma série dos anos finais do Ensino Fundamental. Países como Finlândia, Canadá, e Coreia do Sul, por exemplo, registram um percentual abaixo de 5%.

Nesse quesito, o Piauí possui segundo respostas ao mesmo questionário, está entre os 10 (dez) estados da federação que mais reprovam alunos, implicando com isso a necessidade de estabelecer políticas de combate à repetência, focando, por exemplo, no apoio pedagógico aos estudantes fora da sala de aula e ou destinando maiores investimentos aos primeiros ciclos escolares, que se consolidam com a pré-escola e séries iniciais do Ensino Fundamental, fase em que ao estudante deverão ser conferidas habilidades cognitivas e motoras decisivas para seu prosseguimento na carreira escolar.

As altas taxas de repetência e evasão são grande problema enfrentado a nível nacional e local. No Piauí, segundo dados do INEP (2016), 1,5% dos alunos abandonam a escola ainda nas séries iniciais do EF, 3,8% nas séries finais da mesma etapa e 10,2% no Ensino Médio. O alto índice de abandono no ensino médio do Estado é histórico e pressupõe um estudo mais minucioso; pode haver uma relação direta com fatores socioeconômicos, pois muitos estudantes preferem se lançar no mercado de trabalho que permanecer na escola; ou ainda pela exigência de uma revisão do currículo escolar que, em muitos casos, não favorece a prosseguimento dos estudos desses estudantes nas instituições escolares.

Outros aspectos relacionados ao desempenho dos alunos na prova do Pisa de 2015 podem ser obtidos analisando respostas dos alunos em situações de aprendizagem. Uma das perguntas presentes no questionário respondido pelos alunos, diz respeito a existência de tensão nas relações professor-aluno e no clima disciplinar, isto porque, “o estabelecimento de um ambiente escolar positivo, no qual professores, estudantes e profissionais do apoio administrativo se sentem membros de uma comunidade, e no qual cada um respeita seus respectivos papéis e responsabilidades, pode ajudar a garantir que todos os estudantes se sintam envolvidos” (OCDE, 2013).

Entre as novidades da edição de 2015, é possível observar, por exemplo, o índice de disciplina nas aulas de ciências associado a cinco perguntas dos questionários para os estudantes. Nestes, os jovens de 15 anos avaliaram o seu nível de concordância em uma escala de quatro pontos: “Em todas as aulas”, “Na maioria das aulas”, “Em algumas aulas” ou “Nunca ou quase nunca”, para responder se “há barulho ou desordem”, “O professor tem que esperar muito tempo até que os alunos fiquem quietos”, “Os alunos não começam a estudar logo que inicia as aulas”, “os alunos não conseguem trabalhar direito” e, por fim, “os alunos não ouvem o que o professor fala”. O resultado médio do Piauí, indicou, que na visão geral dos estudantes, o quesito “Os alunos não começam a estudar logo que inicia a aula” foi o que apresentou maior percentual médio, seguido de “O professor tem que esperar muito tempo até que os alunos fiquem quietos” e “Os alunos não ouvem o que o professor fala”; estes dois últimos com percentuais muito próximos.

Ainda em 2015, um dos questionários disponibilizados aos diretores, dão-nos a informação que entre os problemas enfrentados pelas escolas piauienses diz respeito à falta de professores, seguido da falta de assistentes, que, no nosso caso, referem-se ao pessoal de apoio das escolas. Outros aspectos, ainda, podem ser analisados com base nos questionários do Pisa, nos dando a real distância da posição em que nos encontramos da realidade educacional dos países considerados “exemplo a ser seguido” em educação.

Na contramão dos indicadores brasileiros e local, algumas experiências de sucesso trazidas com os resultados produzidos pelo PISA, fornecem modelos de gestão de países, como Cingapura, com pouco mais de 5 milhões de habitantes (2012), um dos primeiros colocados nas edições da avaliação internacional. Este resultado transformou gradativamente o país asiático em uma sociedade de conhecimento, a partir da destinação de maiores investimentos no campo educacional; cerca de 3,6% do Produto Interno Bruto, a partir de 1990. As ações mais significativas para essa transição foram a valorização da carreira docente, com a equiparação de salário dos professores recém-formados ao de um engenheiro ou médico em início de carreira e a construção de salas de aula modernas e atraentes, além de investimentos em recursos tecnológicos acessíveis às escolas e alunos, garantem o sucesso alcançado em seu sistema educativo.

Na Coreia do Sul, outro país líder em bons resultados no PISA, a participação

dos pais na vida escolar do aluno é significativa, diferente da brasileira, que segundo a OCDE, estão entre os “menos interessados” na educação de seus filhos. Nesse quesito a que se considerar, inclusive, a escolaridade média dos pais dos estudantes.

O mesmo questionário, evidencia essa análise. No PISA 2015, as respostas dos estudantes a respeito da educação dos pais foram coletadas no questionário contextual e classificados usando um indicador específico. No contexto nacional, o número médio de anos de estudos dos pais dos brasileiros de 15 anos no PISA 2015 é de 11,71. O Canadá, por sua vez, foi o que apresentou o maior valor (15,45). Já o Piauí, neste item, está entre os 4 estados brasileiros com menor índice de educação dos pais dos estudantes de 15 anos avaliados.

Em relação ao incentivo dados pelos pais ao estudo dos filhos, no Piauí, quando perguntado aos estudantes do 5º ano, através do questionário da Prova Brasil (2015), sobre o incentivo dos pais sobre seus estudos, 95% dos alunos confirmou que os pais os incentivam a estudar. Desse total, 83% dos pais ou responsáveis dos estudantes piauienses conversam com os mesmos sobre o que aconteceu na escola. No entanto, na mesma pesquisa, 17% dos estudantes responderam que em dias de aulas passam 3 horas ou mais assistindo TV, navegando na internet ou jogando jogos eletrônicos. Em contrapartida, 46% afirmaram que “nunca ou quase nunca” frequentaram o museu. Ao que nos parece o incentivo para os estudos dado pelos pais, segundo os estudantes, requer um acompanhamento mais sistemático e direcional. Apenas falar ao filho que “deve estudar mais” sem acompanhar essa trajetória ou propiciar meios de como fazê-lo, presumivelmente, não configura a postura incentivadora que a educação requer. Isso pode ser comprovado com a resposta dos alunos do 9º ano, 41% afirmaram que “de vez em quando” ou “nunca ou quase nunca” fazem o dever de casa de matemática, por exemplo.

Outro fator que é preciso reavaliar na gestão educacional local é o real impacto da qualidade da oferta do ensino noturno. Segundo dados do INEP (2013), o Brasil possui, em média, 1,8% dos alunos das séries finais do EF matriculados no turno noturno, contra 4,8% no Piauí. Na mesma ordem, possui ainda 29,6% dos alunos do Ensino Médio estudando à noite; o Piauí tem 38,8% concentrados na oferta noturna, o que poderia eventualmente justificar a obtenção de alguns indicadores negativos nas últimas avaliações externas nessa fase escolar, já que boa parte dos estudantes desse turno concilia trajetórias de estudo e trabalho o que, conseqüentemente, leva-os a um desempenho escolar não satisfatório quando comparável aos que frequentam o turno diurno.

Obviamente que, a discussão e/ou a implementação de propostas que busquem a solução ou melhorias em todos os aspectos abordados até esse momento no que diz respeito à gestão educacional, não surtirão efeito significativo se a atuação do professor em sala de aula não estiver de acordo com o que é almejado nas múltiplas abordagens cognitivas que sustentam testes como o Pisa, por exemplo.

E isso se dá, pelo simples fato de que o professor é o principal agente responsável

pelo funcionamento da sala de aula. Segundo Tardiff (2008), essa “solidão” do professor é entendida como sinônimo de autonomia e responsabilidade, mas ao mesmo tempo, vulnerabilidade, podendo operar de maneira positiva ou negativa para a aprendizagem dos alunos.

Com base em tais argumentos, a gestão de sala de aula deverá ser fortalecida com inovações curriculares acadêmicas para a formação inicial do professor e investimentos em formações continuadas direcionadas para a mudança efetiva de postura do professor em sua prática pedagógica. As questões abordadas no PISA se diferem substancialmente das que são, na maioria das vezes, trabalhadas em sala de aula, pois não preservam a superficialidade com que tais conteúdos são tratados na rotina diária de sala de aula.

Esse discurso, muito embora pareça ultrapassado é o que, de fato, fará a diferença na busca pela melhoria dos indicadores que são avaliados no PISA e/ou outras avaliações externas, além de outros não menos importantes como: formação do professor e gestores escolar e suas respectivas valorizações enquanto profissionais essenciais para o desenvolvimento da nação; a destinação de investimentos e o efetivo acompanhamento da aplicação desses recursos pelas gestões educacionais nas escolas, em prol da melhoria da qualidade social da educação.

5 | DISPOSIÇÕES FINAIS

A educação é direito social e cabe ao Estado sua oferta. Nesse sentido, o Estado deve organizar-se para garantir o cumprimento desse direito além de buscar o desenvolvimento de políticas educacionais que estabeleçam como fim não apenas o acesso, mas, sobretudo, assegurem a qualidade da educação ofertada nos diversos sistemas de ensino.

O trabalho ora finalizado analisou os indicadores educacionais brasileiros obtidos com a aplicação dos testes do PISA, avaliação externa de caráter internacional, dos quais participam desde 2000 de forma amostral, estudantes piauienses de escolas urbanas pública e privada na faixa etária de 15 anos de idade, momento de transição entre o Ensino Fundamental e Médio. A proposta do PISA é mensurar se os estudantes nessa fase escolar estão habilitados a utilizar os conteúdos apreendidos em sala de aula nas áreas de Linguagem, Matemática e Ciências para a resolução de problemas de ordem prática.

A partir da análise dos resultados do PISA, no Brasil e no Piauí, observamos que ainda possuímos déficit educacionais significativos em relação aos demais países. Os resultados obtidos por Canadá, Finlândia e Coréia do Sul, por exemplo, nos fazem refletir o quanto o Brasil e o Piauí estão distantes de alcançar os objetivos de um país ou estado a caminho do desenvolvimento socioeconômico almejado. Em outras palavras, se quisermos chegar ao patamar educacional alcançado por esses

países de referência, a educação brasileira e piauiense precisa se reinventar, isto é, necessita urgentemente implantar e/ou rever políticas educacionais que possam, de fato, preparar os jovens para o mundo atual e para a vida futura.

Fatores mencionados ao longo deste estudo justificam o atraso escolar vivenciado nas redes de ensino nacional. A frequência à educação pré-escolar e a posterior alfabetização de crianças na idade certa se traduzem em melhores resultados na escola. Da mesma forma, vale a pena investir em aulas de reforço após o horário escolar tendo em vista que, nesses momentos, é possível recuperar os alunos com baixo rendimento. Notadamente, quando o índice de reprovação de estudantes é alto, diminui o desempenho geral do país; o mesmo movimento vale para estados e municípios.

A criação de condições humanas para viabilizar melhorias nos resultados do PISA é outro aspecto de grande relevância. A valorização docente, através do pagamento de melhores salários, bem como o investimento em formações continuadas direcionadas aos professores e equipe escolar que estimulem concepções acerca do papel e da responsabilização de cada um na formação dos alunos são notoriamente fatores que influenciam nos resultados positivos vislumbrados nos sistemas de ensino.

Além das condições supracitadas, ainda se somam outras, como, a infraestrutura das escolas, pois, só é possível tornar o ensino de ciências mais significativo quando o aluno tem acesso a um laboratório. O hábito de leitura é facilitado e viabilizado quando a escola dispõe de uma biblioteca, ou ainda, quando os pais lêem para os filhos durante os primeiros anos escolares.

De modo geral, os dados produzidos pelo PISA no Brasil e no Piauí demonstram a fragilidade da escolarização formal dos estudantes e, muito embora, as avaliações externas tenham sido incorporadas pelos sistemas de ensino e escolas, ainda não são aproveitadas na sua totalidade, pois a maioria das equipes técnicas e docentes envolvidas no processo educativo possuem dificuldades de leitura e interpretação dos indicadores produzidos por essas avaliações.

Desse modo, este estudo ganha sua devida importância por colocar em debate, os resultados obtidos na prova internacional, destacando as causas possíveis da fragilidade escolar verificada em âmbito nacional e no Piauí tratando-se, portanto, de uma rica fonte de investigação para a gestão educacional desse estado, bem como de outros sistemas de ensino.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 2003.

INEP, **provinhabrasil**. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: Maio 2015.

INEP, **Dados entrevistas diretores e professores Prova Brasil (2015)**. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/estado/118-piaui/pessoas>. Acesso em: 06/09/2018.

INEP, **Brasil no PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros** / OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. — São Paulo : Fundação Santillana, 2016.

MIZIARA, Leni Aparecida Souto; RIBEIRO, Ricardo; BEZERRA, Giovani Ferreira. **O que revelam as pesquisas sobre a atuação do coordenador pedagógico**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 95, n. 241, p. 609-635, Brasília, set/dez 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SOARES NETO, Joaquim J.; JESUS, Girlene R J; KARINO, Camila A; ANDRADE, Dalton F. **Uma Escala para medir a infraestrutura escolar**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1786/1786.pdf>. Acesso em 22 de junho de 2015.

OCDE. **About Pisa**. Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/aboutpisa/>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2015.

PENIN, Sônia; MARTÍNEZ, Miguel. **Profissão docente: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2009.

RADAR: **Tecnologia, Produção e Comércio exterior** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infra-estrutura. 32. ed. Brasília : Ipea, 2014.

SILVA, Amanda Moreira. **Precarização do trabalho docente e meritocracia na educação: o olhar empresarial dos governos e a resistência do professorado da rede pública do estado do Rio de Janeiro**. In: VII Simpósio Nacional Estado e Poder, 2012, Uberlândia. Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder, 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/055.pdf>. Acesso em: 06 de abril de 2015.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em http://www.todospelaeducacao.org.br/index.php?option=indicador_localidade&task=main . Acesso em: 08/04/2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2005.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-100-8

